

Relações internacionais e a nova fase do imperialismo: um diálogo entre Robert Cox e Nicos Poulantzas*

Tatiana Berringer**

Resumo:

Apresentaremos a teoria de Estado poulantziana como contraponto à ideia de “governança global” defendida por Robert Cox. Cox é um autor reconhecido por ter introduzido conceitos do marxista Antonio Gramsci no debate teórico das relações internacionais. Poulantzas destacou-se pela sistematização teórica acerca do Estado capitalista em *Poder Político e classes sociais* (1968). Em primeiro lugar, destacaremos a diferença entre o conceito de Estado de Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci e investigaremos as demais influências teóricas de Cox. Em seguida, partiremos para a nossa crítica a Cox em relação à análise sobre a internacionalização do Estado em função da suposta governança global.

Palavras-chave: Estado. Robert Cox. Nicos Poulantzas.

Adotamos para as análises contidas neste artigo as contribuições de Poulantzas em *Classes sociais no capitalismo de hoje* (1974) e *Crise das ditaduras: Grécia, Espanha e Portugal* (1975), obras que versam sobre imperialismo, Estado, nação, classes dominantes e dependência. Apesar de algumas retificações presentes nestas obras, as mesmas não rompem com a problemática de *Poder Político e Classes Sociais* como ocorre com a última obra de Poulantzas: *Estado, poder e socialismo*.

Destacamos, antes de tudo, que o marxismo não é uma corrente de pensamento único: há muitas leituras e interpretações das obras de Marx, as quais influem sobre diferentes concepções de Estado. Em *Poder Político e Classes Sociais (PPCS)* Poulantzas assina sua filiação à corrente do estruturalismo marxista, tendo por isso recebido inúmeras críticas. Uma das críticas, que trataremos abaixo, aparece em um dos artigos de Robert Cox.

*Este artigo é um recorte do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada “Estado e relações internacionais: uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas”.

**Doutoranda em Ciência Política pela Unicamp. End. eletrônico: berringer.tatiana@gmail.com

Segundo Cox, o marxismo de Althusser e de Poulantzas compartilha algumas características com a corrente realista das relações internacionais, pois seria da mesma forma a-histórico e essencialmente epistemológico. Para ele, Poulantzas teria desenvolvido um instrumental teórico para a análise do Estado e da sociedade capitalista que ignora o conhecimento histórico em favor de conceitos abstratos e estáticos.

Cox reivindicou o materialismo histórico como método capaz de fornecer instrumentos para a análise dinâmica da ordem mundial, de acordo com suas palavras: “A teoria crítica é uma teoria da história no sentido de se preocupar não apenas com o passado, mas com um processo contínuo de mudança histórica” (COX, 1986: 209). Além de Gramsci, Cox também se apropriou de historiadores como Eric Hobsbawm e Imanuel Wallerstein. Ele tinha como objetivo suprimir algumas lacunas nas teorias de relações internacionais, em especial a análise superficial do Estado feita pelos realistas. Segundo Cox, esta corrente ignorava a complexidade entre Estado e sociedade e as pluralidades das formas de Estado. Por isso, apropriou-se do conceito de Estado ampliado formulado por Antônio Gramsci, segundo a qual o Estado é formado pela sociedade política (aparelho de Estado no sentido restrito – forças repressivas) e pela sociedade civil (escola, igreja, partidos políticos, etc., ou melhor, os aparelhos ideológicos de Estado). A primeira desempenha a função política de coerção e, a segunda, o papel ideológico de consentimento. Trata-se do chamado Estado ampliado.

Para Cox, a originalidade de Gramsci consiste na aplicação do conceito de hegemonia para a burguesia e os aparatos do Estado, pois Lênin e outros marxistas somente a teriam utilizado para tratar dos movimentos e organizações da classe operária. Cox afirma que para Gramsci a “(...) hegemonia estava firmemente entrincheirada na sociedade civil, a burguesia poucas vezes precisou, ela própria, administrar o Estado:

(...) A noção de Estado também teria de incluir as bases da estrutura política da sociedade civil. Gramsci pensava nessas bases em termos históricos concretos - a Igreja, o sistema educacional, a imprensa, todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica (Cox, 2007: 104).

Diferentemente do que defenderam Gramsci e Cox, para Poulantzas a ideologia burguesa é produzida e difundida pela estrutura jurídico-política do Estado (direito capitalista e burocracia), e não pelos aparelhos ideológicos de Estado, ou melhor, pelas organizações da sociedade civil, como a escola, imprensa, igreja, etc. Para Poulantzas, a estrutura jurídico-política do Estado exerce ao mesmo tempo a função política, econômica e ideológica de manutenção da coesão da formação

social e de reprodução das relações de produção capitalista. A estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista é formada pelo *direito capitalista* e pelo *burocratismo*. Estas duas estruturas correspondem às relações de produção, cuja reprodução delas depende. A estrutura jurídico-política exerce uma dupla função: *isolamento* (constituição de indivíduos juridicamente atomizados) e *representação da unidade* (criação do corpo político “povo-nação”). Essas duas funções juntas tornam possível a reprodução contínua do processo produtivo no capitalismo. Nesse sentido, o Estado capitalista aparece como representante do interesse geral da nação, pois confere aos cidadãos a liberdade e a igualdade meramente formais, sob as quais todos se sentem partícipes da mesma comunidade nacional. No entanto, a função global deste Estado é ser o fator de coesão da formação social dividida em classes e garantir os interesses das classes dominantes. O Estado é dirigido pela classe dominante sem que essa necessariamente ocupe suas instituições. A hegemonia corresponde à classe ou fração de classe dominante no bloco no poder. Segundo Poulantzas, o Estado é a instituição que fiscaliza e regulamenta o funcionamento das demais instituições como escola, igreja, imprensa, etc., que por sua vez contribuem para a acumulação e reprodução do capital.

O que sustentamos é que os pressupostos ideológicos básicos da hegemonia burguesa vêm não da esfera da “sociedade civil”, mas, exatamente, daquilo que Gramsci denomina “sociedade política” ou “Estado em sentido restrito” (Boito Jr, 2007: 35).

Acreditamos que a despeito da diferença entre o conceito de Estado de Gramsci e Poulantzas, ao apropriar-se de Gramsci e, ao mesmo tempo, das abordagens “historicistas”, Cox acaba por utilizar um conceito fluido de Estado. Para nós, essa fragilidade expressa-se na consideração coxiana de que o Estado havia se internacionalizado na nova fase do imperialismo, conforme descreveremos adiante.

Cox buscou aplicar o conceito gramsciano de hegemonia para entender a ordem mundial. Defende que existe uma conexão entre o que Gramsci chamou de hegemonia e o que ele entende por institucionalização. Aproximando-se dos institucionalistas históricos, Cox vê a existência de uma reciprocidade entre ideias, recursos materiais e instituições. Para ele, a hegemonia corresponde a uma ordem no interior da economia mundial sob a qual um modo de produção dominante penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados a ele. Nesse sentido, a ordem internacional seria dividida em quatro períodos hegemônicos: hegemonia britânica (1845-1875); período não-hegemônico (1875-1945); hegemonia dos Estados Unidos (1945-1965); queda da hegemonia estadunidense (1965-até hoje). Segundo Cox, entre 1945 e meados da década de

1960, teria ocorrido uma reestruturação da sociedade a partir da “globalização da economia”, que teria levado os Estados a se ajustarem para responder às exigências do sistema internacional e adequar as políticas nacionais de acordo com a pressão exercida por organizações internacionais como FMI e Banco Mundial. Segundo as frases de Cox, por nós traduzidas:

(...) as distinções territoriais das economias e sociedades nacionais foram penetradas por forças globais e transnacionais (Cox, 1999: 12).

(...) as pressões externas estão conseguindo reduzir os poderes do Estado sobre a economia em favor da expansão das forças de mercado, a debilidade das instituições para regular o mercado e o colapso da autoridade estatal abrem o caminho para o crime organizado e a corrupção política que ganham o controle do Estado e do mercado (Cox, 1999: 21-22).

Para Cox, a internacionalização da produção e a atuação de organizações internacionais no contexto da crise da hegemonia estadunidense teriam levado à “internacionalização do Estado” e à constituição da “sociedade civil global”. O sistema mundial atual seria ordenado através de uma “governança global”, cujas instituições de poder seriam as organizações internacionais como ONU, FMI e Banco Mundial. Estas organizações teriam passado a exercer o papel da sociedade civil, de construção do “consentimento ativo” tal qual definiu Gramsci. Elas estabelecem regras e normas internacionais, e cooptam as elites dos países periféricos para se adequarem às suas diretrizes, as quais, por sua vez, correspondem aos interesses dos Estados imperialistas. A sociedade civil teria passado a se organizar transnacionalmente contra esta nova ordem econômica internacional, e a noção de classe social haveria se ampliado para as identidades de gênero, etnia, religião e nacionalidade, cujo sentimento comum entre todas seria o senso de opressão e exclusão (Cox, 1999).

Discordamos desta análise coxiana, pois acreditamos que o papel do Estado não sofre alterações nesta nova fase do imperialismo. Vale dizer que nesta fase de desenvolvimento do capitalismo ocorreu a expansão das empresas multinacionais, ou melhor, a internacionalização da produção e o surgimento de organizações supranacionais como a União Europeia, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e outros. Para Poulantzas, o imperialismo é a reprodução ampliada do modo de produção capitalista, fenômeno ligado ao desenvolvimento desigual das nações e à exportação de capitais que predominam sobre a exportação de mercadorias. Nesse sentido, este marxista divide o imperialismo em três fases determinadas historicamente pela luta de classes: 1) transição do capitalismo competitivo para o estágio imperialista, que vai do fim do século XIX ao período entre guerras; 2) fase de consolidação do estágio imperialista,

com domínio do capitalismo monopolista e um domínio político do Estado no seio das formações sociais, período pós-depressão de 1930 e que corresponde ao *New Deal rooseveltiano* e aos regimes nazi-fascistas; 3) fase atual do imperialismo, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, a qual corresponde às transformações nas relações dos países dominantes com as formações sociais dominadas, em que o modo de produção dos países dominantes se reproduz no interior dos países dependentes.

Nas duas primeiras fases, a divisão internacional do trabalho, entre países dominantes e dominados, compreendia uma divisão entre indústria (cidade) e agricultura (campo). Com isto, a relação de exportação de capitais dos países imperialistas para os países dependentes relacionava-se ao controle de matérias-primas e à expansão de seus mercados. O modo de produção capitalista que dominava nas formações sociais dos países imperialistas não se reproduzia e nem dominava as relações de produção no interior das formações sociais dependentes. Normalmente, os Estados dependentes mantinham outras formas de produção como o modo de produção feudal, o modo de produção escravista moderno, etc.

Segundo Poulantzas, a fase atual do imperialismo corresponde à internacionalização da produção capitalista, com base na expansão das forças produtivas, tendo por isso gerado novas relações de dependência entre os Estados imperialistas e os Estados dependentes. As relações de produção dos países imperialistas se internacionalizaram e passaram a se reproduzir no seio das formações sociais dependentes e, com isso, as formas de dominação entre os países imperialistas e dependentes deixaram de ser a divisão entre indústria e agricultura, assumindo uma nova via, que implicou a formação de burguesias internas nos países dependentes através da industrialização. As formações sociais são ainda os espaços de processo de reprodução do capital como núcleos de desenvolvimento desigual, e é o Estado quem mantém a coesão das formações sociais (Poulantzas, 1978: 52). O papel do Estado, portanto, não sofre alteração nessa nova fase do imperialismo, é o Estado quem organiza a interiorização das novas formas de produção impulsionadas pela expansão das empresas multinacionais, diferentemente do que sugeriu Cox. Para Poulantzas:

A internacionalização atual do capital não suprime e não abala os Estados nacionais. (...) Esses Estados encarregam-se dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação “nacional”, em sua integração complexa com a burguesia interior que ele domina (Poulantzas, 1978: 78).

Seguindo a análise de Poulantzas, e reafirmando a ideia das diferenças entre as frações do capital, contrapomo-nos também às teses de que o capitalismo con-

temporâneo teria abolido estes conflitos entre as frações de classe no interior das formações sociais e ainda teria unificado a burguesia em escala mundial. Segundo Boito Jr, a noção de “globalização” constitui parte da ideologia neoliberal que buscou apresentar a ideia de uma integração quase homogênea dos mercados na esfera internacional, em função da atuação das empresas transnacionais e do declínio do Estado-nação. Com isso, afirmavam que o processo de internacionalização da produção haveria liquidado com as economias nacionais (Boito Jr, 1999: 31). O autor ressalta que

(...) os espaços econômicos nacionais não são simples emanção dos interesses das grandes empresas. Interesses da média burguesia interna, da pequena burguesia, dos assalariados de classe média e inclusive da classe operária também são tomados em consideração pelos Estados nacionais na administração de seus territórios. A própria burocracia civil e militar dos Estados nacionais tem interesse na manutenção de sua soberania e a burguesia tem dependido da ação desses aparelhos para manter minimamente coesas formações sociais atravessadas por conflitos de classe. Portanto, mesmo que as firmas multinacionais estivessem se convertendo, de fato, em empresas globais, nem por isso poder-se-ia deduzir de tal fato o inevitável declínio do Estado-nação e dos espaços econômicos nacionais (Boito Jr, 1999: 32).

Completamos afirmando que a “globalização financeira” tampouco unificou a burguesia em escala mundial, pois, o que vemos hoje é uma intensificação das disputas comerciais e políticas entre os Estados. Exemplo disso são os impasses comerciais que ocorrem no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os fracassos das Rodadas de Uruguai e Doha, a “guerra cambial” entre os Estados em 2010, entre outros. Segundo Almeida:

A mundialização capitalista sob dominância do capital financeiro acentua “os fatores de hierarquização entre os países” e contribui para aumentar “os conflitos entre os pólos internacionais pelo controle das áreas de maior interesse geopolítico e geoeconômico” (Almeida, 2008: 168).

O Estado, através da estrutura jurídico-política, mantém o papel de coesão das formações sociais, pois é o responsável por representar os interesses do bloco no poder no cenário internacional. É o Estado quem promove parcerias, cria blocos econômicos e permite a internacionalização das empresas, a exportação de mercadorias ou capitais nacionais, define de taxas de câmbio, taxa de juros, tarifas aduaneiras, protecionismos, celebra acordos e contratos internacionais, resolve os impasses comerciais no âmbito da OMC, em todos os fóruns, organismos e negociações internacionais. As decisões estatais refletem os interesses econômicos e políticos das burguesias de cada Estado no que tange às relações internacionais.

Um exemplo disso é o fortalecimento de burguesias internas dos Estados dependentes, constituída, principalmente, por setores da indústria de bens de consumo (eletrodoméstico, têxtil, mecânica, química e metalurgia), indústria de construção e setores que dependem deste processo de industrialização (transportes, distribuição) ou serviços (que pode incluir até o turismo). A burguesia interna

(...) se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe oferecerá mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitirá desenvolver a exportação (Poulantzas, 1975: 36-37).

Apesar do crescimento do fluxo de capitais e de mercadorias nas últimas décadas, quando se amplia a análise historicamente, não é possível afirmar que o comércio internacional de hoje teria suplantado o nível do movimento de mercadorias e de capitais do final do século XIX à Primeira Guerra Mundial.

O comércio internacional e os fluxos de capital, tanto entre as próprias economias rapidamente industrializadas quanto entre estas e seus diversos territórios coloniais, eram mais importantes em relação aos níveis do PIB antes da Primeira Guerra Mundial do que provavelmente são hoje (Thompson & Hirst, 2001: 57).

Outro elemento difundido pela ideologia da “globalização” refere-se à crise do Estado-nação frente à emergência de nacionalismos e separatismos, como os Bascos e Galegos na Espanha, o IRA (Exército Republicano Irlandês) na Irlanda, os departamentos da *Media Luna* na Bolívia, entre outros. No que tange a estes processos, sugerimos que tais nacionalismos refletem uma crise no efeito de representação da unidade do povo-nação. Trata-se, portanto, do que Almeida (1995) tratou por crise de legitimidade das ideologias nacionais existentes, e, todavia, este elemento não permite dizer que exista um enfraquecimento dos Estados capitalistas.

Para Poulantzas, a internacionalização do capital teria provocado muito mais um fracionamento das nações do que a criação de um Estado supranacional na Europa.

Não se assiste a emergência de um novo Estado acima das nações, mas antes às rupturas da unidade nacional subtendendo os Estados nacionais existentes: é o fenômeno atual - de grande importância - do regionalismo, que se exprime pelas ressurgências das nacionalidades (Bretanha, País Basco, Ocitânia, etc), o que demonstra que a internacionalização do capital provoca mais um fracionamento da nação, tal como é historicamente construída, do que uma supranacionalização do Estado (Poulantzas, 1978: 86).

Sugerimos que a União Europeia esteja vivendo um duplo movimento: por um lado, há o fracionamento de nações que expressam a crise de legitimidade das ideologias nacionais dos Estados, que não lograram assimilar parcelas da população à ideologia nacional construída; e por outro lado, esteja construindo um novo coletivo que agrega as nações dos Estados-membros e se apresenta como comunidade europeia aos cidadãos. Ou seja, o cidadão passa a se sentir membro do coletivo europeu, mas permanece membro do seu coletivo nacional. Isso permite afirmações como: *Sou inglês e europeu/ Sou francês e europeu*, embora a União Europeia não corresponda a um Estado supranacional, já que não dispõe de uma Constituição e nem de uma legislação trabalhista comum, apesar de já existir a criação de uma institucionalidade supranacional e também de um coletivo imaginário supranacional – a Europa.

Segundo Almeida, esse coletivo supranacional que está se constituindo na Europa tem inclusive apresentado características de um nacionalismo regressivo, pois tem caráter xenófobo e racista que se reflete na criminalização aos imigrantes (Almeida, 2008). Para ele, “A constituição de ‘nacionalidades’ é um dos caminhos possíveis para movimentos que questionam a forma de legitimidade de um Estado burguês, embora não necessariamente se contraponham ao tipo capitalista de Estado (Almeida, 2008: 62)”. Lembramos que a Nova Zelândia, Canadá, Suíça, Bélgica e Nigéria são Estados plurinacionais. Na América Latina, por sua vez, os nacionalismos indigenistas têm questionado, entre outras coisas, “(...) o caráter discriminatório da homogeneização linguística produzida por estes velhos Estados nacionais” (Almeida, 2008: 171). Estes movimentos estão sendo impulsionados

(...) por diversas forças políticas que se constituem a partir de povos originários que se percebem como nações e não percebem muita homogeneidade nestes velhos Estados nacionais, forçados pelos *criollos*, incapazes de incluir os que aqui já se encontravam e não foram totalmente exterminados (Almeida, 2008: 171).

Para nós, grande parte dos movimentos nacionalistas não tem como estratégia de luta a superação do capitalismo. Os movimentos nacionalistas almejam apenas constituir outro Estado-nação, permanecendo no território em que residem e como cidadãos de um Estado capitalista que reconheça a sua nacionalidade. Um exemplo disso é a promulgação da nova Constituição da Bolívia em 2009 e do Equador em 2008. Estas cartas instituíram a ideia de um Estado plurinacional que respeite e contemple as diversas etnias e nações indígenas que habitam os seus territórios, reconhecendo seus idiomas e costumes. No entanto, estas novas cartas não alteraram substancialmente o caráter capitalista do Estado. Da mesma forma, se os nacionalismos europeus conquistarem a criação de Estados independentes, provavelmente estas novas formações sociais terão novos

Estados burgueses, que garantirão as relações de produção capitalista. Apesar destes nacionalismos, e das próprias transformações que a internacionalização do capital ocasionou no seio dos blocos no poder, Poulantzas afirma que

(...) os vínculos entre Estado e nação não estão rompidos, e os locais essenciais da reprodução e do desenvolvimento desigual continuam a ser as formações sociais nacionais [...]. A nação em toda *complexidade da sua determinação* – unidade econômica, territorial, linguística, simbólico-ideológica ligada a “tradição”, conserva sua *entidade própria* quanto às “formas nacionais” da luta de classes, permanecendo a relação Estado e nação, *por esse meandro*, mantida (Poulantzas, 1978: 85).

Inferimos também que, apesar da explosão dos chamados movimentos “altermundistas”¹ nesta última década (2000-2010), a luta proletária ainda conserva a forma nacional, pois a luta de classes segue inscrita nos marcos nacionais e está presa às especificidades de cada formação social. A maneira e a intensidade com que as diretrizes das organizações financeiras internacionais foram adotadas em cada país estão ligadas à relação de classe e ao desenvolvimento das relações de produção e forças produtivas de cada formação social. Neste caso, mesmo que haja movimentos que transcendam as fronteiras nacionais, cabe aos Estados assimilarem estas reivindicações e alterarem as políticas externas e domésticas.

Concluimos que, a despeito do que muitos defendem, esta nova fase do imperialismo, de expansão das empresas multinacionais, surgimento de movimentos separatistas, nacionalistas, e “altermundistas”, não resultou em uma mudança do papel do Estado. Esta instituição, além de manter a sua função política global de manutenção da coesão social e das relações de produção, é a responsável por garantir os interesses das burguesias locais nos fóruns e nas negociações internacionais, possibilitando a expansão dos mercados exportadores, a internacionalização das empresas nacionais, a solução de controvérsias comerciais, assinando acordos e tratados e definindo sobre entrar ou apoiar ou não conflitos bélicos e diplomáticos com outros Estados.

¹Manifestações contra os organismos financeiros internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial) em Seattle, Genova e Praga, Fórum Social Mundial, ATTAC, dentre outros.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- _____ (2003). Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. *Lutas Sociais*, n. 9, São Paulo.
- _____ (2008). Vieram para ficar por muito tempo: questões nacionais na América Latina contemporânea. *Lutas Sociais*, n. 19/20, São Paulo.
- AYERS, Alison J. (ed.). (2008). *Gramsci, political economy, and international relations theory*. New York: Palgrava Macmillan.
- BOITO JR, Armando (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Xamã.
- COX, Robert (1986). Social forces, states and world order. IN: KEOHANE, Robert (org.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- _____ (2007). *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____ (1999). Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of international studies*. British International Studies Association.
- GILL, Stephen e MITTELMAN, James (eds.). (1997). *Innovation and transformation in International Studies*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- _____ (1976). *Crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1978). *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- THOMPSON, Grahame e HIRST, Paul. (2001). *Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes.